



Comunicação pública e políticas sociais: uma conexão de princípios

Public communication and social policies: a connection of principles

*Kenia Augusta Figueiredo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

*Autor correspondente (e-mail:figueiredo.kenia@gmail.com)

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir acerca da conexão entre os princípios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais. Neste tempo de mundialização do capital, apoiado nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sob hegemonia neoliberal, é preciso encontrar possibilidades que contribuam para potencializar a organização política de segmentos da classe trabalhadora, pois a democracia e o acesso à direitos vêm sendo corroídos aceleradamente. As Políticas Sociais, um campo onde se travam as disputas de classe, são um espaço fértil à formação econômica, política e social. Há, portanto, uma conexão entre os princípios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais uma vez alinhavados na práxis do cotidiano, por meio da comunicação dialógica, que podem contribuir para a emancipação política e o fortalecimento da democracia com consciência de classe.

Palavras-chave: Comunicação pública. Políticas sociais. Democracia. Luta de classes. Educador social.

Abstract: This article aims to reflect on the connection between the principles of Public Communication and social policies. In this time of globalization of capital, supported by Information and Communication Technologies (ICTs), under neoliberal hegemony, it is necessary to find possibilities that contribute to enhance the political organization of segments of the working class, as democracy and access to rights are being rapidly eroded. Social policies, a field where class disputes are fought, are a fertile space for economic, political, and social formation. There is, therefore, a connection between the principles of Public Communication and Social Policies, once tacked on to everyday praxis, through dialogic communication, they can contribute to political emancipation and the strengthening of class-conscious democracy.

Keywords: Public communication. Social politics. Democracy. Class struggle. Social educator.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir acerca da conexão entre os princípios da Comunicação Pública (CP) e as Políticas Sociais (PS). A importância desse tema se dá em virtude da necessidade de encontrar possibilidades que contribuam para potencializar a organização política de segmentos da classe trabalhadora, em especial daqueles que acessam as Políticas Sociais, uma vez que a dinâmica das relações econômica, política e social no atual estágio do capitalismo, sob hegemonia neoliberal, com governos nas várias esferas do Estado constituídos por forças da nova direita¹, vem corroendo a democracia e o acesso a direitos aceleradamente e criminalizando os movimentos organizativos da classe trabalhadora.

Para tanto, é fundamental identificarmos o significado das comunicações e das Políticas Sociais nesse contexto em que os meios de comunicações e as tecnologias da informação, em especial com o advento da internet, têm integrado e transformado nosso cotidiano, influenciando no nosso comportamento e nas nossas decisões. Bolaño (1999, p. 2) aborda as expectativas da internet e a complexa realidade constituída em que as questões do passado são reeditadas no tempo presente.

A internet é o exemplo mais importante dessa tendência. Brindada inicialmente como uma estrutura revolucionária, não hierarquizada, de comunicação entre indivíduos livres e iguais, mostra-se claramente hoje como um espaço formado por uma teia complexa e extremamente assimétrica de atores, onde a capacidade de comunicação e de acesso à informação relevante depende justamente daqueles elementos que no passado garantiam o acesso à esfera pública liberal: poder econômico (propriedade), político e conhecimento, nessa ordem de importância.

As comunicações, ou seja, a diluição das fronteiras entre telecomunicações, radiodifusão e informática, têm proporcionado uma experiência ímpar para a espécie humana. São fantásticas as possibilidades desse momento histórico, se não fossem as velhas questões já elucidadas pela Teoria Marxista da Dependência, que tem apontado sobre a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo imperialista, de economia mundial desigual e combinada.

Essa fase do capitalismo é identificada por Harvey (1993) como *acumulação flexível*, pois ao flexibilizar os processos e mercados de trabalho, os produtos e padrões de consumo, configura a reação burguesa à crise do modelo taylorista/fordista e da regulação keynesiana da economia, gestada já na década de 1960, quando as economias centrais começaram a apresentar sinais de declínio do crescimento econômico, evidenciando o início da saturação da-

¹ A nova direita é compreendida na literatura como a ideologia que funde o neoliberalismo e o neoconservadorismo, que apesar de antagônicos em várias questões, sob interesses do capital, mesclou e fundiu o neoliberalismo econômico, que enaltece o mercado, com modelos sócio-políticos e culturais neoconservadores, resgatando pautas morais e seus retrocessos. Esta combinação explodiu no Brasil em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff por meio de um golpe de Estado articulado entre a oposição e ex-aliados do governo nos poderes Legislativo e Executivo, com anuência do Poder Judiciário, da imprensa e de parte da população.

quele padrão de acumulação.

Mota (2009) indica que as crises no capitalismo, além de intrínsecas a ele, são necessárias para sua reorganização. Como as crises ocorrem em decorrência do descompasso entre as condições de produção da mais-valia e a sua realização (pois não basta produzir mercadorias), elas têm de se transformar em dinheiro, retornando ao incessante processo de acumulação do capital – produção/circulação/consumo. Assim, após a revolução tecnológica, com sinais de esgotamento no setor energético (petróleo) e com a fragilização da organização dos trabalhadores e do socialismo real, o capitalismo monopolista entrou em outra fase: a da mundialização do capital, sustentada pelo neoliberalismo. Numa clara estratégia de aumentar os lucros em detrimento do aumento do trabalho morto², a mundialização se faz com a intensificação de fusões e por meio da enorme concentração de oferta dos setores de alta tecnologia e de produção em escala.

Alguns autores da área de comunicação, em concordância com Bolaño (2003, apud MARTINS, 2020, p. 43), consideram que a terceira revolução industrial é marcada pelas chamadas “tecnologias da inteligência”, uma vez que há o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e das redes telemáticas e a tendência ao “apagamento das fronteiras entre trabalho manual e intelectual que o autor aponta se manifestar na subsunção do trabalho intelectual e na intelectualização geral dos processos de trabalho na indústria e no setor de serviços”.

As mudanças no mundo do trabalho contemporâneo expressam o retorno à mais-valia absoluta (intensificação do processo de trabalho) e à mais-valia relativa (exigências na qualidade da produção), nas quais há “uma mudança de propriedade do capital e não a criação de novos meios de produção. O novo está menos na indústria e mais no papel do capital financeiro e capital bancário” (BEHRING, 2003, p. 54).

Com a crise de 2008, conhecida como a crise da bolha imobiliária dos EUA, que afetou o sistema financeiro de forma generalizada e, conseqüentemente, as economias dos Estados-nacionais, o mercado mundializado criou estratégias para subsumir as perdas. Para tal, ampliou e diversificou o processo de reestruturação produtiva conhecida como a *uberização* do trabalho, pressionando os Estados nacionais para flexibilizar direitos trabalhistas e sociais. De acordo com Figueiredo e Maciel (2021, p. 57), “o século XXI pode ser caracterizado pela agudização da crise de acumulação do sistema do capital, deixando profundas fissuras no tecido social, além da contenção dos poucos direitos conquistados pelos trabalhadores”.

É importante destacar que todas essas alterações na dinâmica do capitalismo estão apoiadas nas TICs, que se converteram em uma nova base técnica para a economia capitalista. De acordo com Martins (2020), tem sido por meio das plataformas digitais que os dados pesso-

² Ricardo Antunes ao longo das últimas décadas vem contribuindo com a análise de que o capital na atualidade traz embutidos novos modos de geração da mais-valia (seja sob a forma absoluta e/ou relativa), ao mesmo tempo que expulsa da produção muitos trabalhos que se tornam sobtantes. De acordo com ele, estas **modalidades de trabalho** intensificam as formas geradoras do valor (mesmo que aparentemente não se expressem como valor), colaborando para o aumento de novos e velhos mecanismos de intensificação e de exploração do trabalho.

ais dos consumidores são capturados e conectados a anunciantes. Geralmente, esse contato decorre da automatização, organizada por meio de algoritmos. Trata-se, portanto, da mercantilização da vida que se dá por processos distintos e complementares: a digitalização; a datificação da sociedade (que significa a produção e a coleta de dados sobre nós e sobre tudo); a modulação de comportamentos; e a ampliação da vigilância³.

Essas mudanças ocorridas nos sistemas de comunicação têm indicado a fragilização da democracia, tornando viável uma ação comunicativa para determinadas parcelas da população mundial, “ficando a imensa maioria excluída e iludida pela possibilidade de uma participação periódica em processos eleitorais cada vez mais inócuos, inclusive no que se refere à política interna, já que o poder de decisão, mesmo nessa matéria, encontra-se em outra parte” (BOLAÑO, 1999, p. 2).

Esse cenário complexo, em que a classe dominante tem utilizado a comunicação para expropriar a classe trabalhadora de sua identidade, tem servido também para o desmonte das Políticas Sociais. São tempos bichudos em que se faz necessário buscar na perspectiva crítica, visto o potencial do pensamento dialético, os caminhos para as superações. Nesse sentido, é preciso conhecer o lugar que as Políticas Sociais ocupam na dinâmica do capitalismo e na vida das(os) trabalhadora(es), bem como resgatar os princípios da Comunicação Pública, afim de que a conexão entre elas possibilite a defesa e o fortalecimento da democracia com consciência de classe.

2. Políticas Sociais: síntese de múltiplas determinações

As primeiras iniciativas de apoio ao trabalhador e à sua família identificadas como Políticas Sociais não são determinadas historicamente com precisão, mas afirma-se que elas decorrem da confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa socialdemocratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, o contexto histórico que marca a existência das Políticas Sociais está associado à constituição da sociedade burguesa, no seu modo capitalista de produzir e se reproduzir. Contudo, ela não se dá exatamente nos primórdios do capitalismo, mas “quando tem-se um reconhecimento da questão social inerente às relações sociais nesse modo de produção, vis à vis ao momento em que os trabalhadores assumem um papel político

³ Sobre este tema, sugerimos a leitura de Shoshana Zuboff, que realiza uma associação entre a datificação e a vigilância, classificando esse período como “capitalismo de vigilância”. Para a autora, o capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado. Para Fábio Dal Molin, o capitalismo de vigilância se qualificaria “como uma nova lógica de acumulação, com uma nova política e relações sociais que substituem os contratos, o Estado de direito e a confiança social pela soberania do Big Other”. Disponível: https://apboa.org.br/correio/edicao/292/8203do_grande_outro_ao_big_other_laco_social_capitalismo_de_vigilancia_e_a_subjeti_vidade_hackeada/763. Acesso em: 16 mar. 2022.

e até revolucionário” (BEHRING, 2000, p. 21).

Pereira (2009) indica que a expansão das Políticas Sociais está associada a três marcos orientadores, são eles: a revisão conceitual da relação entre Estado e mercado, elaborada por John Maynard Keynes, motivado pela Crise de 1929; as postulações sobre Seguridade Social, preconizadas pelo relatório organizado por William Beveridge; e a formulação da “teoria trifacetada da cidadania” de T. H. Marshall. Essas concepções propiciaram a experiência de construção do *Welfare State* em alguns países da Europa ocidental, a partir da Segunda Guerra Mundial. Em seus primórdios, o liberalismo compreendia que o interesse dos indivíduos em melhorar suas condições de vida maximizaria o bem-estar coletivo. Assim, os indivíduos seriam conduzidos por uma mão invisível – o mercado – que promoveria um fim que não faria parte de sua intenção inicial. Ao Estado competiria garantir a base legal para que o mercado livre gerasse benefícios aos homens, sendo, portanto, um Estado mínimo com apenas três funções: a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo o indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos; e o provimento de obras públicas que não pudessem ser executadas pela iniciativa privada.

Em 1949, T. H. Marshall (1967) formula o conceito de cidadania num contexto de ampla utilização das estratégias fordistas-keynesianas, imprimindo um novo estatuto teórico para a Política Social. Porém, ao vincular a cidadania como parte dos princípios liberais, terminou por legitimar a desigualdade no capitalismo ao afirmar existir compatibilidade entre este e a desigualdade de classes, bastando apenas que se preservasse uma igualdade básica dada pelo conjunto de alguns direitos, tais como: direitos civis – direito de ir e vir, de imprensa, de fé e de propriedade –, direitos políticos – de votar, de ser votado – e direitos sociais; isto é, o acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança.

Muitas críticas foram realizadas ao trabalho de Marshall quanto à linearidade, à generalização da experiência inglesa e à subsunção da desigualdade à cidadania. No entanto, é oportuno considerar a relação realizada entre Política Social e cidadania, haja vista que essa não é uma relação imediata, afinal, as Políticas Sociais decorrem do conflito entre classes, não se tratando, como indicou Coimbra (1987), da hipótese do engodo ou da hipótese da conquista, e sim de uma totalidade na qual as Políticas Sociais devem ser compreendidas como a síntese de múltiplas determinações. Portanto, de acordo com Behring (2000) e Faleiros (1980), a política social é sempre um resultado que envolve mediações complexas, decorrentes de relações socioeconômicas, políticas, culturais e de sujeitos políticos e forças sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal, pública e privada. Ou ainda, como apontou Raichelis (2000, p. 60), podem ser compreendidas como a “luta dos trabalhadores urbanos e rurais pela apropriação da riqueza socialmente produzida, sendo as demandas articuladas junto ao Estado e patronato, que no enfrentamento da questão social formulam as Políticas Sociais”.

A experiência do *Welfare State* indicou, mesmo com vários padrões de proteção social, que as políticas sociais decorrem da relação entre as classes sociais e as condições econômi-

cas gerais que interferem nas opções políticas e econômicas dos governos. Daí a variação quanto à cobertura ser mais ou menos universal e o padrão de financiamento ser redistributivo ou não, contributivo ou não. Contudo, duas questões são centrais: a primeira é que as Políticas Sociais não conseguem oferecer igualdade de condições, sendo limitadas ao combate à desigualdade, não redistribuindo efetivamente a riqueza socialmente produzida; e a segunda é que há um deslocamento do conflito entre o capital e o trabalho para o interior do Estado quando este assume o papel de gestor das medidas anticrise.

A análise histórica tem possibilitado perceber o quanto a questão social e as políticas sociais possuem uma relação estreita com a democracia e com o exercício da cidadania, em que pese os limites da democracia liberal e a contradição entre Política Social e direitos sociais, pois a formulação e a execução dos serviços sociais relativizam a perspectiva universal dos direitos sociais, dado que no Estado “há uma forte tendência à segmentação e setorialização das demandas, bem como de tecnocratizar questões econômico-políticas, despolitizando-as”, como apontou Behring (2000, p. 35).

Coutinho (2000) afirma que, na modernidade, ocorre uma profunda articulação entre cidadania e democracia, sendo a cidadania o melhor conceito que expressa a democracia, uma vez que esta implica também o acesso e a apropriação aos bens socialmente produzidos por parte dos sujeitos. Ambas decorrem de processos históricos, pois a cidadania e a democracia não são obtidas pelos indivíduos de forma determinada, por períodos indeterminados, e sim resultam de uma luta permanente, travada pelas classes sociais e segmentos subalternizados, implicando, assim, um processo histórico de longa duração. Portanto, a democracia tem relação não só com as modificações da política, mas também com a economia e com a questão social, sendo minimalista a concepção liberal quando aborda que a democracia tem relação apenas com as regras formais que definem os processos eleitorais.

Nesse sentido, Coutinho (2000, p. 129) afirma que a democracia é um valor universal, pois “deve ser entendida não como algo que se esgota em determinada configuração institucional, mas sim como processo. [...] A democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade”. Em concordância com a ideia de que democracia e cidadania decorrem de processos históricos e da relação das forças políticas em presença, faz-se necessário compreender a especificidade da dinâmica brasileira, dado que a estrutura social capitalista em nosso país possui vícios especificamente brasileiros, sendo a exclusão social o grande problema nacional, como afirmou Coutinho (2000, p. 129):

[...] no Brasil, sempre vivemos processos de modernização excludentes, que consistem essencialmente em arranjos entre frações das classes dirigentes, com a permanente tendência a excluir a grande massa da população de uma participação tanto nas decisões políticas quanto nos benefícios da modernização e do progresso econômico. Esse tipo específico de capitalismo brasileiro gerou um fenômeno extremamente perverso: a exclusão das grandes majorias da vida nacional.

Em resumo, podemos considerar que as Políticas Sociais são processos históricos típicos de sociedade burguesa resultantes da luta de classes, uma vez que se articulam ao processo de acumulação, de gestão da força de trabalho e de reprodução do capital – atendendo as necessidades dos trabalhadores, mas também a sua reprodução.

Por isso é preciso, de acordo com Behring (2021, p. 268), desmistificar “o direito igual (liberal) da sociedade de desiguais, fundada na exploração da força de trabalho, em que a cidadania e o direito surgem como forma de ordenar a luta de classes”. Esta concepção liberal dissemina a ideia de que a política e o direito fundam a sociedade, deslocando o reconhecimento do trabalho como o ato fundante da existência humana, o que gera uma visão ofuscada dos trabalhadores em relação à construção da hegemonia e das estratégias de dominação da classe dominante.

A perspectiva dialética, ao desnudar o caráter contraditório das Políticas Sociais, reconhecendo-o como um campo onde se travam as disputas de classe, possibilita identificar um campo profícuo à formação a partir da comunicação dialógica em que o debate sobre a dinâmica do capitalismo, a questão social e a representação política, econômica e social das Políticas Sociais neste sistema podem ser realizados tendo por referência a realidade das pessoas, como ensinou Paulo Freire em sua extensa obra, com destaque para a *Pedagogia do Oprimido e Extensão ou Comunicação*, entre outros. Como apontou Gramsci (2001), é no campo das experiências concretas, na interlocução crítica com a cultura e no embate com os projetos políticos existentes no movimento real da história que elaboramos nossa compreensão acerca da realidade. Certamente é na inseparável relação entre o agir e o conhecer que a classe trabalhadora tem nas Políticas Sociais a oportunidade, por meio do desempenho dos(as) trabalhadores(as) como intelectuais orgânicos, de desencadear processos que colaborem para sua emancipação política, quiçá a humana.

3. Comunicação Pública: princípios históricos para uma comunicação dialógica

A ideia da Comunicação Pública como meio e meta para o desenvolvimento da democracia tem sua origem, no Brasil, no movimento deflagrado, nos anos de 1980, pela Frente Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação (FNLDC), que teve uma importante colaboração durante a elaboração da Constituição Federal de 1988.

O FNLDC, atual Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), é um movimento social que integrava e ainda integra várias entidades profissionais e intelectuais. Sua origem teve relação com os debates críticos iniciados nos anos 1970, acerca das políticas de comunicação no período do desenvolvimentismo no Brasil, este ocorrido nas décadas de 1950 e de 1960. O início desse movimento também recebeu influências, em sua origem, da concepção de comunicação social da Igreja Católica latino-americana, bem como de um ideal histórico da comunicação. Outra contribuição que influenciou o movimento pela democratização

da comunicação no Brasil foi a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic), vinculada à Unesco, que, por sua vez, gerou o Relatório MacBride, que definiu a comunicação como um direito humano por estar vinculado à liberdade de expressão e à participação política, esta que é permeada por discussões de temas de interesse público. De acordo com o documento:

[...] todo mundo tem o direito de comunicar. Os elementos que integram esse direito fundamental do homem, sem que sejam de modo algum limitativos, são os seguintes: a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e os demais direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo (Ramos, 2005, p. 249).

Com base nestes referenciais e princípios e ainda sob o entusiasmo da redemocratização do país, considerando a ditadura empresarial-militar, os capítulos e artigos destinados à comunicação na Constituição Federal de 1988 foram elaborados pautados em valores democráticos, identificando-a como um direito humano. No artigo 5º, inciso XXXIII, foi assegurado a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sendo tais informações prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, exceto aquelas cujo sigilo seja necessário à segurança da sociedade e do Estado.

No capítulo V, sobre a Comunicação Social, assegurou-se o direito à liberdade de expressão; a proteção e defesa da pessoa e de sua família contra programas ou programações de rádio e televisão que se mostrem inadequadas; a democratização dos meios de comunicação social, coibindo o monopólio ou oligopólio, inclusive controlando a participação de grupos estrangeiros; e a constituição do Conselho de Comunicação Social como um órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Inscreeveu-se, portanto, na Carta Magna, a comunicação como um direito fundamental, que significa assegurar o poder de comunicar aos brasileiros por meio da transparência e da fidedignidade nas informações veiculadas pelo Estado por meio de seus organismos; da regulação e do controle das concessões dos meios de comunicação; e da garantia do “acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos” (Peruzzo, 2004, p. 57).

No entanto, em que pese a Constituição Federal de 1988 ter sido elaborada sob a efervescência da redemocratização do país, com participação ativa dos movimentos sociais, sob o espírito de integrar a comunicação como um dos direitos fundamentais, a sua regulação tem se dado em uma conjuntura em que a comunicação social é simultaneamente mercadoria e direitos fundamentais, como apontamos inicialmente neste artigo. Como afirma Gomes (2007, p. 156), “o fio de relações que determinam e condicionam quem pode ou não efetivamente exercer a comunicação ultrapassa a necessidade ontológica, e chega aos movimentos de dominação”.

Na era Lula (2003-2010), embora o governo tenha criado no Ministério das Comunicações uma Secretaria das Telecomunicações e o papel da Anatel tenha sido questionado, além de outras medidas, a verdade é que, sob pressão de organismos nacionais, internacionais e grupos econômicos poderosos, não houve mudança significativa que tenha apontado para uma democratização dos meios de comunicação. Além da fragilidade de regulação dos meios de comunicação, há também a tentativa de impedimento⁴ de ampliação do processo democrático, como foi com o processo de realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (1ª CONFECOM), em 2009, cujo tema foi “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Participaram da conferência, apesar dos entraves, mais de 1.600 pessoas, em sua maioria oriunda das conferências municipais e estaduais, em que se estima a participação de cerca de 30 mil pessoas, sendo aprovadas mais de 600 resoluções.

Todos esses enfrentamentos e ataques à democracia tem relação com o destaque feito por Lima (2004) de que apesar dos avanços impressionantes que a internet tem provocado no campo das comunicações, a “velha mídia” tem um poder muito grande na sociedade: o de ser a responsável pela visibilidade pública, uma vez que tem uma capacidade monopolística de construir a agenda pública dominante.

Esse cenário da contrarreforma do Estado brasileiro e de afirmação do neoliberalismo com suas forças políticas em presença tem impedido a instituição da Comunicação Pública como meio e meta para o desenvolvimento da democracia. Uma expressão disso é a própria Lei de Acesso à Informação Pública (lei nº 12.527, de novembro de 2011), que, de acordo com Geraldes e Sousa (2013, p. 2), ao ser aprovada, veio acompanhada de muitas expectativas e temores. Consideram que a lei não cumpriu todas as expectativas nem justificou os temores, mas “corre o risco de se burocratizar, de se tornar apenas um ônus da administração pública do qual se incumbem burocratas”.

Ao reconhecermos que as alterações societárias decorrem da dinâmica entre as classes, a partir da perspectiva da dialética, não se pode ignorar as particularidades e as mediações nos processos históricos. Nessa conjuntura, um campo que tem demandado reflexão sobre a Comunicação Pública é o universo das políticas públicas sociais. Dessa forma, alguns pesquisadores têm elaborado teoricamente a respeito da Comunicação Pública, revelando suas inúmeras possibilidades, como é o caso das produções na esfera pública estatal, referenciadas, em especial, nas experiências dos conselhos na área da Saúde e Assistência Social⁵.

⁴ A tentativa de impedir a realização da 1ª CONFECOM se deu por segmentos do setor empresarial capitaneados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ). O argumento foi que as deliberações da Conferência seriam como ataques às liberdades de expressão e de imprensa. É importante destacar que esse argumento não é objeto de propriedade privada. De acordo com a Federação Nacional dos jornalistas (FENAJ), a liberdade de expressão e de imprensa “são, sim, elementos fundamentais do processo permanente de democratização da sociedade brasileira. Recusam-se a admitir que a democratização da comunicação insere-se no campo dos direitos humanos fundamentais e no direito da sociedade à informação de interesse público e com qualidade”. Disponível em: <https://fenaj.org.br/1a-confecom-foi-espaco-de-definicoes-sobre-politicas-de-comunicacao-no-brasil/> Acesso em: 19 maio 2022.

⁵ Importa destacar a contribuição do prof. Murilo Ramos (2005) sobre a necessidade de que a Comunicação Pública seja reconhecida enquanto política pública essencial, tal como políticas públicas para os segmentos de saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outros.

Embora a Comunicação Pública seja um conceito ainda em construção, esta advém no mesmo rastro do processo de redemocratização do país que possibilitou: a produção de alterações das estruturas do Estado, das instituições privadas, do terceiro setor, além da pressão social pela implantação das políticas públicas sociais. Alguns pesquisadores brasileiros⁶ têm se debruçado na perspectiva de compreender e definir o conceito de Comunicação Pública, dialogando inclusive com autores no exterior do país. No geral, há um reconhecimento de que a comunicação nas instituições públicas, estatais ou não, deve estabelecer uma interlocução ativa com o receptor, não devendo, portanto, contentar-se com os princípios utilizados no mercado de produtos ou no marketing, e sim articulados ao espírito da publicidade. De acordo com Duarte (2009, p. 60), o interesse recente dos comunicadores que atuam nos três poderes tem reconhecido a Comunicação Pública na atualidade como:

uma expressão que não especifica um conjunto de conhecimentos, áreas, profissões ou estruturas estando mais próximo de se caracterizar como um *ethos*, uma postura de perceber e utilizar a comunicação como um instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania.

Especificamente no Brasil, considerando-se os apontamentos da Constituição Federal de 1988 e o processo de redemocratização, há uma tendência em reconhecer que a Comunicação Pública se dá na esfera pública estatal, sendo possível considerar seus princípios presentes em espaços como o cotidiano das políticas sociais, os conselhos de políticas e de direitos, além das conferências nacionais, estaduais e municipais relacionadas às políticas públicas sociais. Compreende-se que esses espaços permitem a inclusão de minorias e instituições da sociedade civil no debate público com vistas ao diálogo e a soluções de interesse geral. Nessa perspectiva, a Comunicação Pública diz respeito a uma dinâmica de informações, que pode inclusive chegar ao seu destinatário final por meio de reinterpretações e/ou mediações, mas que objetiva, no geral, informar, consultar, deliberar, negociar e responsabilizar os cidadãos em assuntos sempre de interesse geral.

Com base na compreensão de que a Comunicação Pública apresenta muitas possibilidades de atuação numa sociedade democrática, é preciso identificar suas características específicas na esfera pública estatal, uma vez que, de acordo com Zémor (2009), todo poder público civilizado acumula dados que estão ligados à sua identidade e ao seu desenvolvimento, sendo de sua competência disponibilizar as informações, fornecer as regras do jogo coletivo e prestar conta por seus atos. Nesse sentido, importa elencar os tipos de informações existentes na esfera pública estatal, de forma a relacioná-los com a singularidade das mensagens da Comunicação Pública, as quais devem resultar em transparência e centrali-

⁶ Algumas publicações são clássicas no campo da Comunicação Pública. Sobre sua conceituação, destacam-se os livros: *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*, organizado por Jorge Duarte, e o livro *Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*, organizado por Heloiza Matos, dentre outras publicações na Revista *Organicom*, em especial a edição de número 4, de 2006. Na oportunidade, prestamos uma homenagem a Elizabeth Brandão por suas contribuições que impulsionaram o tema e fizeram história.

dade no cidadão, com vistas a uma relação dialógica, e não apenas de transmissão.

Segundo Duarte (2009), é possível agrupar as informações do Estado por tipos, da seguinte forma: a) institucional: refere-se às informações que orientam sobre a estrutura, atribuições e funcionamento das instituições, além dos direitos e deveres; b) gestão: refere-se às informações que indicam as decisões e as ações de agentes que atuam em temas de interesse público; c) utilidade pública: diz respeito às informações que estão relacionadas ao dia a dia das pessoas; d) prestação de contas: diz respeito à apresentação e aos esclarecimentos sobre decisões políticas e sobre o uso de recursos públicos; e) interesse privado: são informações que dizem respeito exclusivamente ao cidadão ou às instituições privadas; f) mercadológicos: referem-se a produtos e serviços que participam de concorrências no mercado; g) dados públicos: diz respeito à informação de dados produzidos pelo Estado e relacionados à coletividade, como as leis, as normas, os estudos e as estatísticas.

Identificados os tipos de informação, importa destacar as características das mensagens da Comunicação Pública de forma a evidenciar sua singularidade em relação às outras formas de comunicação. Sendo assim, a primeira característica singular da mensagem da Comunicação Pública está relacionada a interesse geral, compreendido como aquele decorrente de negociações, de alianças e de conflitos sociais, estando o interesse coletivo acima do interesse privado ou particular. Nesse sentido, a transparência é um pressuposto historicamente relacionado com a visibilidade e com a legitimidade e que, de acordo com Duarte (2009, p. 60), diz respeito

à atuação ética, responsável, límpida e acessível no trato das questões de interesse público. Exige a oferta de informações necessárias aos interessados, o estímulo ao acesso, facilitação da fiscalização sobre as práticas de quem detém o poder, adoção de mecanismos de cobrança de responsabilidade e sistemática prestação de contas.

Uma segunda característica da mensagem da Comunicação Pública é centralizar o processo no cidadão, reconhecendo, como apontou Zémor (2005), tratar-se de um sujeito que é concomitantemente consumidor, eleitor e usuário das políticas públicas. Portanto, a democracia no poder de comunicar é condição para o exercício da cidadania, devendo o Estado assegurar as condições que possibilitem, conforme indicou Peruzzo (2004) o direito à liberdade de opinião, à liberdade de expressão, à liberdade de difusão, à liberdade de informação e ao acesso e uso dos meios de comunicação e das tecnologias da informação e comunicação.

A terceira característica da mensagem da Comunicação Pública tem a ver com o entendimento de que a comunicação é um processo maior do que informar. Vários autores que abordam esse tema destacam essa questão, uma vez que historicamente a transmissão tem adquirido ares de informação e de comunicação. Trata-se de assegurar a superação da concepção da passividade do receptor em relação ao emissor, sem, contudo, ignorar que a informação é o início do processo de conhecimento e que, ao se dar pelo viés da comunicação, a junção da informação e interação é assegurada, sendo o diálogo a essência desse processo.

Monteiro (2009, p. 40) colabora com a ideia de que as informações que constituem a essência da Comunicação Pública só têm efeitos em longo prazo, uma vez que o resultado a que se pretende chegar “requer um tempo maior para se consolidar, já que seu objetivo, além de informar, é qualificar o cidadão para exercer seu direito de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade”.

Outra característica da Comunicação Pública, mas que diz respeito às condições para a sua atuação, tem relação, de acordo com Duarte (2009), com a adaptação dos instrumentos às necessidades, às possibilidades e aos interesses dos públicos. Ou seja, se tratando do espaço público estatal, o Estado, propulsor do processo comunicativo, deve viabilizar as condições para o exercício do direito, coletivo e individual, à informação e à expressão por meio do diálogo, respeitando as particularidades e as necessidades, bem como o estímulo ao protagonismo dos sujeitos.

Nesse sentido, deve-se buscar uma diferenciação entre os instrumentos de informação que são destinados a subsidiar, disponibilizar e fornecer dados em relação àqueles que propiciam relações dialógicas, a compreensão mútua de determinadas situações, acordos, consensos e encaminhamentos de questões decididas em comum acordo.

Esses instrumentos de comunicação na perspectiva dialógica, de acordo com o autor, podem ser realizados a partir de três modelos básicos: i) os massivos, caracterizados pela disseminação de informação para um máximo de pessoas, sendo sua principal vantagem a possibilidade de se criar uma agenda com debates públicos; ii) os segmentados, orientados para grupos de interesse específico em que há maior possibilidade de domínio do conteúdo, do acesso, da distribuição e do retorno deles próprios; iii) os diretos, referem-se ao contato personalizado, geralmente do tipo face a face e que pode ser ajustado imediatamente às características dos interlocutores. De acordo com o autor, “este instrumento garante uma aprendizagem mais consistente e um nível de informação adaptado às necessidades do interessado, assim como o feedback tende a ser mais imediato e preciso” (Duarte, 2009, p. 66).

Por fim, outra condição à Comunicação Pública apontada por Duarte (2009) diz respeito à compreensão da comunicação como algo complexo e que deve ser tratada como um todo. Ou seja, deve-se levar em conta que tudo e todos em uma instituição pública se comunicam. Cada integrante, agente público, cartaz, uniforme, crachá, site e prédio, entre outros, transmitem informações e colaboram para que o cidadão acesse informações e forme sua opinião acerca dos processos políticos, econômicos e sociais.

Os cinco elementos destacados, que colaboram para elucidar a singularidade da Comunicação Pública, podem ser percebidos na compreensão de Zémor (2005; 2009) em relação à função da Comunicação Pública: i) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); ii) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; iii) contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencimento ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto sujeito); iv) acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as de organização social. Essas funções assumem variadas formas na prática da Comunicação Pública, considerando-se a vocação das instituições públicas, sendo

que, no geral, devem: tornar a informação disponível ao público; assegurar o diálogo; dar visibilidade aos serviços; conduzir campanhas de informação; criar as condições para o debate público que acompanha os processos decisórios, entre outros, conforme indica Zémor (2009).

Assim, na prática da Comunicação Pública pressupõem-se algumas condições e estruturas necessárias importantes de serem consideradas no interior das políticas sociais como:

i) Criação de estruturas que organizem, armazenem e disponibilizem os dados para os usuários

O acesso à informação pública é um direito que deve ser assegurado. Para tal, é necessário que se criem estruturas para a organização, o armazenamento e o acesso. Todo documento é comunicável, devendo ser consultado gratuitamente, ou cobrado, se for necessário, com preço de custo quando houver despesas para o poder público no caso de haver a necessidade de cópia. Na atualidade, o recurso à informática e às redes virtuais possibilita uma maior disponibilização dos dados, mas requer um reagrupamento das informações.

ii) Recepção

A recepção diz respeito ao início da relação com o usuário e com o serviço público. Assim, requer um investimento que vai desde a sinalização na cidade, dentro dos limites relativos à publicidade, às placas, às pré-placas indicativas do equipamento e à organização da logística dos locais de atendimento, como, por exemplo: mobiliário adequado; uniforme e crachás de identificação do servidor público; ações de formação dos servidores públicos; disponibilização de equipamentos multimídia com informações adequadas ao ambiente e à política; condições estruturais e gerenciais para redução de filas e/ou ampliação do atendimento, como, por exemplo, a alteração de horário de funcionamento mais adequado à demanda do usuário/comunidade, móveis mais adequados à recepção, dispositivos de fotocópia mais acessíveis, dentre outros.

iii) Escuta

A relação dos funcionários com o público em geral depende da aptidão do agente, que deve estar identificado por seu nome e sua função. No entanto, é preciso identificar se a linguagem do agente público entra em ressonância com as preocupações, com a situação, com a cultura e com o vocabulário do usuário. Zémor (2009) considera que a simplicidade de expressão é um artifício para escapar à cultura e ao jargão administrativos. Para essa atividade, devem ser asseguradas as condições ao atendimento, que pode se dar tanto de forma coletiva quanto individual. Essas escutas devem fornecer informações tanto para o poder público quanto para o usuário, substituindo, muitas vezes, de acordo com Zémor (2009), os microestudos contratados para a realização de reformas ou de mudanças, posto que as observações cotidia-

dianas das demandas contribuem tanto para a simplificação dos procedimentos e das estruturas como também para melhor resolatividade do atendimento.

iv) Diálogo

O diálogo é considerado uma atitude de serviço público e exige um mediador qualificado, igualmente identificado, capaz de estabelecer relações entre a administração e o usuário, a fim de receber a demanda e qualificá-la, apontando as possibilidades de encaminhamentos. A escuta do caso particular confere ao cidadão a qualidade de contratante social junto ao poder público, mas também possibilita, por parte do agente público, o encorajamento à participação nos comitês de usuários, em associações e em outras instâncias representativas.

v) Publicidade dos serviços oferecidos

A publicidade dos serviços deve levar em consideração a variedade das situações dos receptores, tomando as devidas precauções na escolha da linguagem e da expressão publicitária, e ainda dos suportes e dos meios de comunicação. Deve atentar, também, para que sejam consideradas a qualidade e as condições em que estão ofertados antes de sua publicização.

vi) Campanhas de informação de interesse geral

As campanhas têm sua origem na utilidade pública e são instituídas e fixadas de acordo com o interesse da coletividade. A comunicação deve propor antídotos para banir ideias preconcebidas e jargões para desenvolver a escuta social, multiplicar reportagens e todas as iniciativas que despertem o interesse dos cidadãos e das diversas instituições. Deve-se buscar motivar os cidadãos para que eles se associem ao processo de tomadas de decisão.

vii) Comunicação interna

A Comunicação interna, entendida também como a identidade da instituição pública, deve assegurar a informação aos funcionários, escuta e diálogo interno, além de contribuir para a formação permanente do quadro de profissionais. Orienta-se para que a escuta seja priorizada a fim de que se assegurem as condições de trabalho dos funcionários, a mobilização e o estímulo com vistas à qualidade na ação e no cumprimento dos objetivos do serviço público.

viii) Valorização da política institucional

Sobre a valorização da política institucional, Zémor (2009, p. 234) delega à comunicação institucional a atribuição de criar os meios para apresentar o papel do organismo, de afirmar sua identidade e sua imagem e de prestar contas do conjunto de suas atividades. O autor entende que a comunicação “só é dominada quando se assume as preocupações da comunicação ex-

terna e aquelas ligadas à comunicação interna”. Nesse sentido, a identidade do organismo deve ser central à comunicação, uma vez que é por meio da identidade que se obtêm a legitimidade e a coerência de um lugar em relação aos outros. O imaginário organizacional, na concepção de Zémor, é fundado sobre três imagens internas: da instituição, pelos que a compõem; das qualidades éticas e profissionais que qualificam sua vocação e missão; e dos grupos internos e externos que a influenciam. Assim, importa que a aproximação da identidade e da legitimidade assegurem a transparência e a autenticidade como uma regra fundamental da Comunicação Pública.

A compreensão sobre os tipos, singularidades das mensagens, das funções e das práticas da Comunicação Pública, pode inicialmente transparecer a busca pelo “tipo ideal”. Contudo, os princípios contidos nessa organização reafirmam a conexão desta com as Políticas Sociais, uma vez que são organismos de Estado e têm por objetivo a garantia de direitos à população por meio da prestação de serviços.

Matos (2009) aponta a Comunicação Pública como um “modelo teórico-instrumental”, e Sardinha (2012, p. 3) a indica como um “modelo teórico-operativo, um serviço público tão fundamental como são os serviços de saúde”. Ou seja, estes autores indicam, ao pensarmos a Comunicação Pública no âmbito do espaço público, que o Estado deve assegurar as condições para que o exercício do direito ao diálogo, à informação e à expressão seja incorporado ao cotidiano dos serviços prestados, ampliando a perspectiva cidadã de mulheres, pessoas negras, povos indígenas, LGBTQIA+ e outros.

No entanto, com base nas categorias desenvolvidas até o momento e na afirmativa de Kçouski (2013, p. 54) de que uma característica intrínseca à Comunicação Pública na esfera estatal é sua dimensão ética comprometida com o interesse público, “sem a qual ela deixa de existir enquanto conceito”, considera-se tratar de pensar a Comunicação Pública não como um modelo, tendo em vista que as relações sociais são dinâmicas, diferenciadas e históricas, mas como uma diretriz técnico-ético-política, uma vez que em seu núcleo há o reconhecimento da liberdade como um valor central e o compromisso com uma transformação societária em que a autonomia e a emancipação dos indivíduos sociais sejam alcançadas. Ou seja, a Comunicação Pública requer uma unidade dialética entre a dimensão humana e a técnica da comunicação, conforme indicou Gomes (2007).

Nesse sentido, importa a Comunicação Pública no serviço público estar submetida a exigências como: informar por dever, assegurar uma pedagogia às mensagens, incluir a comunicação em todo o processo de atendimento e, especialmente, contribuir para conferir sentido à vida coletiva.

4. Comunicação Pública e Políticas Sociais: a transversalidade no concreto

Ao considerarmos as Políticas Sociais como a síntese de múltiplas determinações e a Comunicação Pública como processos comunicativos realizados na esfera pública entre o Esta-

do, o governo e a sociedade, é importante refletir sobre o concreto na transversalidade destas áreas do conhecimento à luz da dinâmica de execução das Políticas Sociais, em especial, na relação de atendimentos realizados por trabalhadoras(es) sociais às(aos) trabalhadoras(es) usuárias(os) dos serviços e benefícios sociais. Há de se pensar ainda no controle social em que pese se realizar em arenas de disputas de projetos, mas também de cooptação em que as diferenças desaparecem e prevalece por vezes uma hegemonia conservadora.

De acordo com a análise realizada sobre os dados apurados provenientes de pesquisa⁷ em que se utilizou técnicas como a observação direta e entrevistas estruturadas, aplicadas junto aos técnicos e usuários em Centros de Referência de Assistência Social (Cras)⁸, há evidências de que a Comunicação Pública, em que pese às precariedades das condições objetivas e subjetivas que retroalimentam a subalternidade de usuários, técnicos e gestores, se manifesta na política pública de Assistência Social por meio dos tipos e formas que a caracteriza.

A pesquisa identificou também que, apesar das forças conservadoras, existem focos de resistência no interior da política de Assistência Social, tanto no combate ao clientelismo e assistencialismo quanto na defesa do aprofundamento da democracia, do acesso aos direitos humanos e sociais, do respeito ao trabalhador(a) usuário(a) e do exercício da cidadania, mesmo que isso ocorra em processos comunicativos em que o universo da Comunicação Pública seja desconhecido, o que não significa a ausência de um campo fértil para a sua realização consciente.

Outra pesquisa⁹, também realizada no interior da política de Assistência Social, que acompanhou os atendimentos realizados pela equipe técnica a usuárias(os) entre 2016 e 2018,

⁷ Trata-se de pesquisa de campo sobre a comunicação pública junto aos técnicos e usuários dos Centros de Referência de Assistência Social, realizada no período de 2014 a 2015, em cidades com porte demográfico diferenciado entre si, nas cinco regiões do Brasil. Foram ouvidos gestores, técnicos (assistentes sociais e psicólogos), usuários e representantes de usuários da política de Assistência Social. Foi realizada por essa autora e publicada na tese *Comunicação Pública e Assistência Social: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/Cras*, defendida na Universidade de Brasília, na Faculdade de Comunicação, em 2016.

⁸ No Sistema Único de Assistência Social (Suas), os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) funcionam como a principal porta de entrada do sistema. Trata-se de uma unidade pública estatal de base territorial responsável pela coordenação e organização da rede de serviços socioassistenciais local e execução de serviços de proteção social básica. No geral, esses serviços ocorrem por meio do atendimento realizado por várias unidades no território, que podem ser estatais e/ou filantrópicas, o que constitui a rede de atendimento de forma que sejam assegurados: serviços de proteção às famílias; inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; centros de convivência para idosos; serviços para crianças de 0 a 6 anos; serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos; programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

⁹ Esta pesquisa de campo teve por objeto a comunicação pública junto aos(as) usuários(as) da Assistência Social, no Distrito Federal, realizada entre agosto de 2016 e julho de 2018. Foi coordenada por esta autora, tendo participado da observação e aplicação dos roteiros norteadores da pesquisa estudantes de graduação de Serviço Social, todos regularmente matriculados nas disciplinas de Prática de pesquisa 1, 2, 3, e 4, ofertadas ao longo desses semestres no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

no Distrito Federal, indicou uma sintonia com tipos e singularidades da Comunicação Pública como, por exemplo, a maioria dos atendimentos darem ênfase ao sujeito como cidadão, buscando uma comunicação dialógica com perspectiva ao estímulo do protagonismo da(o) usuária(o).

Em relação ao controle social, tendo ainda a política de Assistência Social como foco de estudo, observa-se que o controle social tem feito enfrentamentos e resistências, sendo que na Assistência Social há muitas particularidades a serem consideradas, e é certo que uma delas é o próprio Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), uma vez que esse espaço tem historicamente se constituído em uma arena de disputas, monitoramento e pactuações em relação à política. É dele que emergem as principais deliberações, com destaque para as realizações das conferências nacionais, de onde se tem a exata dimensão da correlação de forças dentro do controle social em tempos de hegemonia neoliberal. Contudo, é importante destacar, para futuros aprofundamentos, a singularidade que foi, para a Assistência Social, os governos do campo democrático popular, por ter dado materialidade às reivindicações do movimento de luta pela Assistência Social como política pública que indicavam desde a 1ª Conferência, ocorrida em 1995, e posteriormente em 2003 já com mais elementos, a execução dessa política por meio de um sistema descentralizado e participativo. Foi daí que se deu a criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), entre 2004 e 2005.

Passados 27 anos da primeira Conferência de Assistência Social, percebe-se, ao rever as deliberações decorrentes deste espaço de discussões e deliberações, o quanto a participação popular, por meio das organizações da sociedade civil no debate com o Estado, tem sido determinante para conquistas de direitos, exercício de cidadania, aprofundamento da democracia, sendo um espaço profícuo à formação cidadã como indicam os princípios da Comunicação Pública.

No ano de 2021, foi realizada a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, com o tema “Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”. Para garantir sua realização houve muitos enfrentamentos, resistência, dedicação tanto dos(as) trabalhadores(as) sociais, gestores(as) e usuários(as) quanto das representações de setores da sociedade civil nas instâncias do controle social. É preciso registrar que para além das diferenças ideológicas bem demarcadas no contexto de uma nova direita que compreende a pobreza e outras manifestações da questão social como meritocracia, o outro desafio foi a pandemia da Covid-19, assegurada inclusive pelas tecnologias de informação e comunicação, sendo esse o novo desafio a ser enfrentado: a robotização das políticas sociais, em especial nas políticas de transferência de renda e na política de Assistência Social. Mas isto é reflexão a ser aprofundada em um outro texto.

5. Considerações finais (para fechar o texto e abrir o debate)

Este artigo não tem a pretensão de esgotar o debate acerca da conexão entre os princí-

pios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais, mas pretende sensibilizar a atenção para o potencial político das Políticas Sociais em prol da organização de alguns segmentos da classe trabalhadora, desde que seja assegurado o direito à Comunicação Pública, pois na relação dialógica é possível construir uma narrativa dialética das Políticas Sociais, demonstrando que o direito social decorre da luta de classe.

Ao longo do texto, buscamos, por meio do resgate histórico, inclusive da construção teórica, demonstrar que, mesmo neste momento de tantos desafios, há possibilidades por dentro da estrutura de Estado de realizarmos um trabalho de formação cidadã, propiciando às(aos) usuárias(os) reflexões sobre a questão social, sendo suas atuais manifestações decorrentes da dinâmica do capitalismo que tem nas TICs a nova base técnica para a economia. É possível, como demonstraram as pesquisas, a partir da necessidade do *Outro* que vê nas Políticas Sociais a possibilidade de proteção social, desenvolver a compreensão sobre o significado da *datificação* da sociedade e da modulação de comportamentos. Afinal, a flexibilização e/ou a *uberização* do trabalho não estão distantes das experiências de vida dessas pessoas, mas certamente a compreensão dialética da realidade está. É um direito entenderem os motivos pelos quais ocupam um determinado lugar na pirâmide social. E direito, compromisso com a democracia e cidadania estão na base, nos princípios que gestam as Políticas Sociais e a Comunicação Pública.

É importante destacar que a perspectiva aqui desenvolvida revela a busca de uma contribuição à organização das(os) trabalhadoras(res) e não a defesa de um meio em si, uma vez que as grandes transformações necessárias para a concretização de uma sociedade em que a única desigualdade admissível seja a do ser exige um processo mais complexo e bem maior de organização política e construção de estratégias, como a história da luta por hegemonia dos trabalhadores vem nos ensinando.

De qualquer forma, as mudanças são processuais, e como nos ensinou o saudoso mestre Coutinho (2000), democracia é um valor universal, um processo a ser construído continuamente. Que a conexão entre os princípios da Comunicação Pública e as Políticas Sociais possam ser alinhavadas na práxis do cotidiano por meio da comunicação dialógica e contribuam para a emancipação política e para o fortalecimento da democracia com consciência de classe.

“(...) A gente espera do mundo
E o mundo espera de nós (...)
Será que é tempo
Que lhe falta pra perceber?
Será que temos esse tempo
Pra perder?
E quem quer saber?
A vida é tão rara
Tão rara”
Paciência - Lenine

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma, desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Valor e Política Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UnB, 2000.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. “Sociedade da Informação”: reestruturação capitalista e esfera pública global. **Revista Latina de Comunicación Social** 15, mar. 1999. Disponível em: <http://www.revistalatinacs.org/a1999c/120siqueira.htm>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- COIMBRA, Marcos Antonio. Será que o marxismo responde à pergunta de como surgem as políticas sociais? In: ABRANCHES, Sérgio H.; DOS SANTOS, Wanderley Guilherme; COIMBRA, Marcos Antonio. **Política Social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1980.
- FIGUEIREDO, Kênia Augusta; MACIEL, Fabrícia Cristina de Castro. Serviço Social na Educação Básica: uma construção histórica para um tempo de muitos desafios. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra A.; CALDAS, Roseli Fernandes Lins (org.). **Por que a Psicologia na Educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização**. Volume 1. Curitiba, Paraná: CRV, 2021.

GERALDES, Elen; SOUSA, Janara. As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, **XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Manaus, AM, de 4 a 7 de setembro de 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/comunicacoes_tempos_crise.pdf. Acesso em: 3 set. 2021.

MATOS, Heloiza Helena Gomes; GIL, Patrícia Guimarães. Quem é o cidadão na comunicação pública? In: MATOS, Heloisa (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTA, Ana Elisabete. Crise capitalista e as transformações na produção capitalista. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2004.

RAICHELES, Rachel D. Desafios da gestão democrática das Políticas Sociais. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB. **Caderno de capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UnB, 2000.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, José.; SATHLER, Luciano (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Unesp, 2005.

SARDINHA, Antônio Carlos. Comunicação, controle social das políticas públicas e os desafios para a Comunicação Pública nos conselhos gestores de saúde. **Revista e-Com**, v. 5, n. 1, 2012.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995. Tradução de Elizabeth Brandão. Impressão eletrônica, 2005. Disponível em: <https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

ZÉMOR, Pierre. As formas da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 04/04/2022
Aprovado em: 13/06/2022